COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 7.898, DE 2014

Altera o art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana.

Autor: Deputado **Carlos Bezerra**

Relator: Deputado **Flaviano Melo**

I – RELATÓRIO

A proposição em apreço pretende alterar os §§ 3º e 4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012, que institui as diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Urbana, para ampliar de três para seis anos o prazo para que o Plano de Mobilidade Urbana, exigido nos termos do referido art. 24, seja integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração. A mesma extensão de prazo será assegurada aos Municípios que não tinham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana quando da edição da Lei nº 12.587.

O autor argumenta que o prazo inicial, extinto em abril de 2015, não foi suficiente para que a maioria dos Municípios cumprisse sua obrigação legal, o que os impediria de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana.

Além desta Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), a proposta deverá ser analisada, também, em caráter conclusivo e regime ordinário, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), no que se refere à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste Órgão Técnico.

É o nosso relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O advento da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Urbana, representou um passo importante para o equacionamento das questões relacionadas ao tema, que é tão caro ao cotidiano das pessoas. Entre os tópicos disciplinados pela referida norma estão as atribuições das três esferas do poder público, União, Estados e Municípios, no campo da mobilidade urbana, bem como as diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana.

No quesito planejamento, destaca-se o Plano de Mobilidade Urbana, definido como o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e que deve contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes da Lei nº 12.587/2012. O referido Plano é exigido de Municípios com população acima de vinte mil habitantes e de todos os demais obrigados na forma do Artigo 41, da Lei nº 10257/2001 que instituiu o Estatuto da Cidade, à elaboração de planos diretores, com os quais deve ser integrado e compatível ou nos quais deve estar inserido.

Para reforçar a necessidade de as administrações municipais envidarem esforços prioritários para a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana, foi fixado um prazo de três anos, findo o qual, o Município em falta ficaria impedido de receber recursos orçamentários federais destinados a projetos de mobilidade urbana. Embora essa decisão do legislador tenha sido acertada, concordamos com o autor no sentido de que o prazo fixado originalmente foi muito exíguo e o resultado deverá ser a paralisação de projetos importantes para a qualidade de vida dos cidadãos.

A elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, entretanto, não é tarefa simples. Para que ele seja efetivo em seus alvos, e não apenas uma peça retórica, importa que sejam feitos diagnósticos precisos e que as demandas da sociedade civil sejam ouvidas, o que implica necessidade de

peçoal qualificado e aporte de recursos financeiros. Não é demais lembrar, como bem apontou o autor da proposta, que os Municípios também estão envolvidos em outras demandas de planejamento trazidas recentemente pela legislação federal, como, por exemplo, o plano municipal de resíduos sólidos – Lei nº 12.305/2010 – e o plano municipal de saneamento – Lei nº 11.445/2007.

Assim, parece-nos oportuna a iniciativa em exame, que amplia de três para seis anos o prazo previsto para o cumprimento, por parte dos Municípios, de suas obrigações relativas ao Plano de Mobilidade Urbana.

Diante do exposto, naquilo que compete a esta Comissão organizar, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 7.898/2014.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado **Flaviano Melo**

Relator